

Uma avaliação da Era Haddad na economia

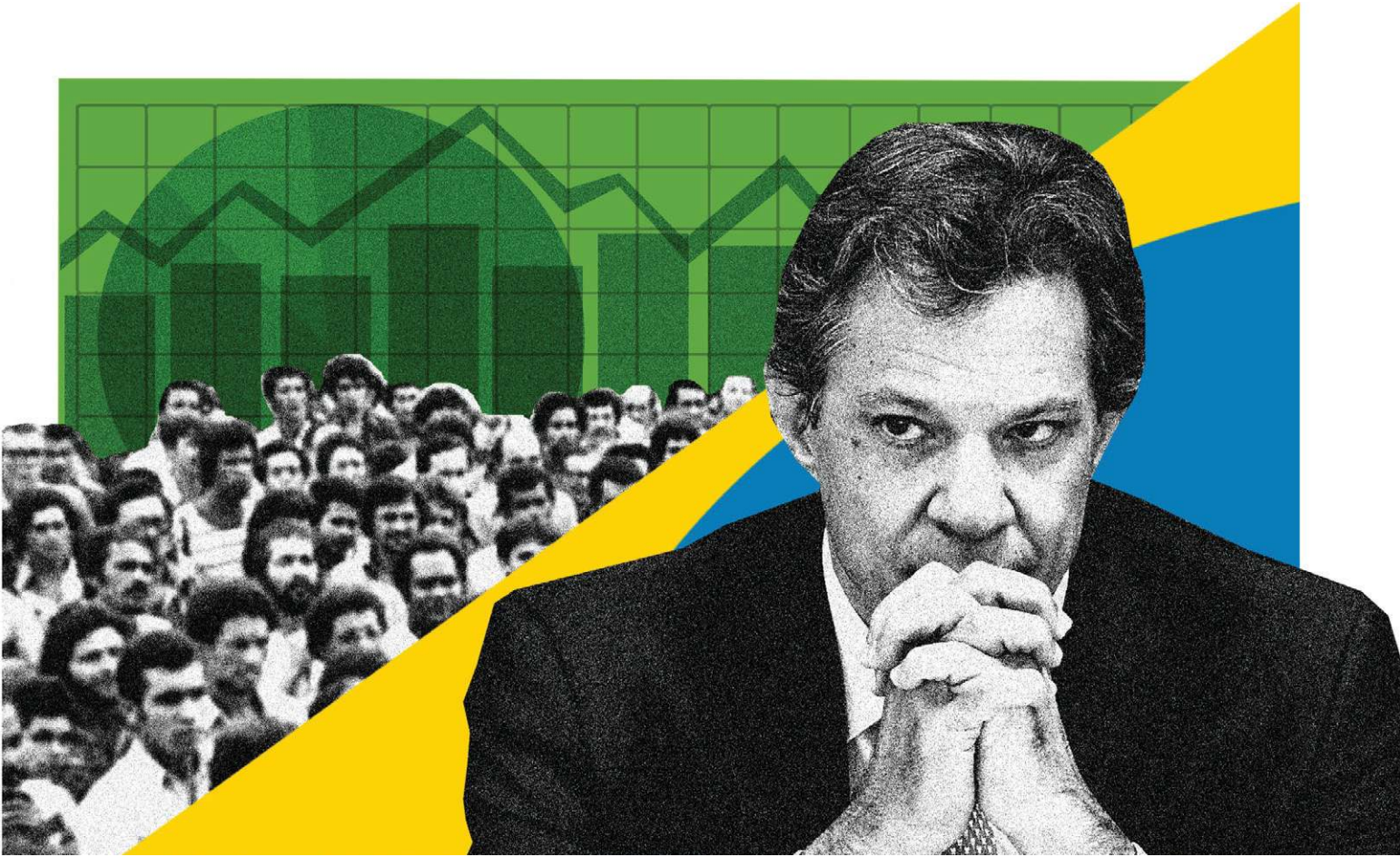


» BENITO SALOMÃO
Professor no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU)

Enquanto este artigo era escrito, a imprensa noticiava a possível troca do comando no Ministério da Fazenda, com a saída do ministro Fernando Haddad e a entrada de algum substituto. O supracitado Ministério da Fazenda não é o único responsável pela economia do país, compartilha afazeres com os ministérios do Planejamento, Indústria e Comércio, Gestão e transcende todos os outros ministérios. Portanto é difícil avaliar o desempenho específico de uma única pasta ministerial e de seu mandatário. Mas eu tentarei. Um bom ponto de partida é olhar indicadores macroeconômicos relevantes. Começando pelo PIB, destaca-se primeiramente que a taxa média de crescimento econômico entre 2023 e 25 foi de 2,9%, bastante superior às taxas observadas no país durante a década passada. Em suma, mesmo diante de choques como guerras, tarifaço, entre outras, o país parece ter conseguido se desvencilhar da armadilha de crescimentos pífios da década anterior. Um outro ponto que não pode ser ignorado é que, a depender do resultado do PIB deste primeiro trimestre de 2026, Haddad terá sido o primeiro (e único) ministro da Fazenda desde o Plano Real a não entregar nenhum trimestre de crescimento negativo do PIB durante seu período. Na análise da variação trimestral do PIB, a economia brasileira cresce há 18 trimestres ininterruptos (11 deles na era Haddad), algo

também inédito na série de dados. O crescimento econômico é fundamental para as economias, particularmente de renda média, pois, como ensinou Pareto há mais de um século, na ausência de crescimento é impossível melhorar a dotação de renda/riqueza de um agente A, sem piorar a dotação do agente B. Em suma, a década passada e os movimentos de ressentimento político que nela emergiram, têm muito a ver com as dificuldades materiais impostas a grupos sociais, oriundas de uma economia que se recusava a crescer, escancarando o conflito distributivo. No entanto, o principal feito do ministro não foi o crescimento econômico, mas sim suas contribuições no front fiscal. O debate fiscal brasileiro desde a saída da pandemia era (e de alguma forma continua sendo) tratado com alguma dose de irrealismo. As viúvas do Teto de Gastos continuam incensando uma regra pensada para lidar com uma situação emergencial em 2016 e que impunha um elevado custo social à sociedade brasileira, uma vez que a regra dependia do desmonte da ampla rede de políticas públicas e proteção social idealizada pela Constituição de 1988. O que Haddad fez durante o seu período enquanto ministro foi trazer racionalidade à pauta fiscal brasileira, que é importante e foi atacada com a redução do déficit primário de 2,43% do PIB em 2023 para 0,48% em 2025, mas não é a única. Um esforço fiscal de 2 pontos percentuais do PIB em 2 anos é algo que não pode ser negligenciado. Mas a redução do déficit não é o principal mérito, o ponto que merece atenção é que esse esforço fiscal se deu coordenado com o outro objetivo, o distributivo. Em outras palavras, o déficit no Brasil foi diminuído enquanto: a) o salário mínimo voltou a ter reajustes reais, b) o Bolsa Família teve sua participação no

orçamento triplicada, c) houve recomposição orçamentária de inúmeras políticas públicas na área de esporte, cultura, ciência e tecnologia, d) reajuste da Tabela do Imposto de Renda Pessoa Física e a recente reforma com isenções para trabalhadores com rendas iguais a R\$5 mil, e) compensação salarial a servidores federais após anos de perdas acumuladas. Entre outras pautas que passaram a ser contempladas no orçamento. O fato que pode ser visto nos dados, é que o resultado primário dos anos recentes foram muito melhores do que se viu no primeiro triênio (2017-19) de vigência do Teto de Gastos, quando o déficit primário médio era próximo a 1,5% do PIB. Tudo isso, sem impor o sofrimento que uma regra radical como a do Teto exigia. O ponto crítico da era Haddad no ministério, no entanto, diz respeito à dívida pública. Esse talvez seja o seu principal calcanhar de Aquiles. Em janeiro de 2023 a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) era 73,4% do PIB, em janeiro deste ano é 78,7%. Isso significa que, apesar do supracitado esforço fiscal da União, a DBGG evoluiu 5,3 pontos percentuais do PIB em três anos. Seguramente teria evoluído mais sem a redução do déficit mencionada, mas ainda assim é um ponto de preocupação. Ademais, sendo a dívida um produto da interação fiscal-monetária, a responsabilidade pela sua evolução é do governo como um todo, inclusive da federação e não deve recair exclusivamente no mandatário da Fazenda. O fato, é que o ministro da Fazenda que assumir em janeiro de 2027 dificilmente terá margem para permitir um novo crescimento de 5 pontos do PIB nos próximos anos e terá uma missão ainda mais difícil que será conciliar uma política fiscal que estabilize relação dívida/PIB com a manutenção de programas sociais acima citados.



Oportunidade oculta nos números do Censo Escolar



» CLÁUDIA ROMANO
Presidente do Smerj (Sindicato das Entidades Mantenedora dos Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro), vice-presidente do Grupo Yduqs e presidente do Instituto Yduqs

O Brasil acaba de perder 1 milhão de alunos na educação básica em um único ano. Diante de uma manchete assim, a reação instintiva é o alarme. Mas o que os números do Censo Escolar 2025 realmente trazem é uma oportunidade oculta. E o que decidirmos fazer com ela pode mudar o futuro educacional do país. Dados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que as matrículas na educação básica caíram de 47,1 milhões para 46 milhões, uma redução de 2,3%. No ensino médio, o recuo foi de 5,4%, com 419 mil jovens a menos — o menor patamar em todo o século 21. A demografia explica parte do fenômeno: a taxa de fecundidade recuou para 1,55 filho por mulher, bem abaixo da reposição. A população de zero a 3 anos encolheu 8,4% entre 2022 e 2025. Nasceram menos crianças, e as ondas demográficas que antes enchiam as escolas agora recuam. Mas atribuir tudo à demografia é confortável demais. O ensino médio, que atingiu pico histórico em 2004, com 9,16 milhões de estudantes,

acumula perda de quase 2 milhões de matrículas em duas décadas. Trata-se de uma tendência estrutural, observada também em países como Coreia do Sul e Japão, além de grande parte da Europa. A diferença é que essas nações transformaram o declínio demográfico em estratégia: investiram mais por aluno, reorganizaram redes e modernizaram currículos. São Paulo, estado mais populoso e mais rico, respondeu sozinho por 60% de toda a queda no ensino médio; foram 259 mil matrículas a menos. A rede pública perdeu 425 mil matrículas enquanto a privada cresceu. Quando o motor econômico do país lidera uma estatística assim, o sinal é inequívoco: há abandono, desinteresse e desconexão entre o que a escola oferece e o que o jovem precisa. Segundo o Inep, apenas Amapá, Distrito Federal e Pernambuco registraram crescimento no ensino médio. Há, porém, boas notícias. A distorção idade-série no 3º ano do ensino médio caiu 61% em quatro anos. As matrículas em tempo integral quase dobraram desde 2020, alcançando 8,8 milhões. O ensino fundamental segue praticamente universal. O acesso à creche se aproxima da meta do PNE. São conquistas reais. Aqui está o paradoxo que deveria orientar o debate: menos alunos pode ser, pela primeira vez, uma boa notícia. Por décadas, enfrentamos o desafio de absorver uma população jovem em rápida expansão. Agora, a transição demográfica nos oferece uma janela para mudar de paradigma — redirecionar recursos para qualidade: turmas menores, formação docente, tecnologia, acompanhamento individualizado. Finlândia e Coreia do Sul

fizeram exatamente isso durante suas transições demográficas e colhem excelência há décadas. A diferença entre um país que envelhece com sabedoria educacional e um que envelhece com defasagem é a decisão política que se toma agora. Se há uma etapa que sintetiza o desafio, essa etapa é o ensino médio. A perda de 419 mil matrículas não decorre apenas da demografia. Há abandono, desinteresse e desconexão entre escola e projeto de vida. Reconhecer isso é apenas o primeiro passo. Todos os dias, nos nossos câmpus, acompanhamos mais de 800 mil estudantes de graduação e vemos o impacto do que acontece — ou deixa de acontecer — no ensino médio. Com o Propag, o Programa Juros pela Educação, e o Pé-de-Meia, governos e iniciativa privada têm instrumentos concretos para impulsionar o ensino médio técnico com ganhos fiscais e investimento inicial zero para os estados. Estamos trabalhando nessa frente porque acreditamos que podemos mudar o cenário para esses jovens. O Censo 2025 é mais que estatística: é um chamado. E a janela demográfica, finita. Se não aproveitarmos para investir mais por aluno, valorizar professores e repensar o ensino médio, teremos desperdiçado uma oportunidade que não se repete. Menos alunos pode ser o início de uma revolução silenciosa — ou mais um capítulo de desperdício. A diferença está nas escolhas que fizermos agora. A era da expansão quantitativa ficou para trás. O desafio que se impõe é mais sofisticado e decisivo: construir uma educação que valha a pena — para cada aluno na sala de aula e para os 419 mil que saíram dela.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circescunha.df@adabr.com.br



Davos entre dois mundos: globalismo em debate e o retorno do soberanismo

Reuniões anuais do Fórum Econômico Mundial em Davos costumam funcionar como termômetro das grandes correntes de pensamento que atravessam a economia e a política internacional. Na edição realizada em janeiro de 2026, porém, o encontro revelou algo mais profundo do que debates sobre crescimento, tecnologia ou clima. O que se viu foi um confronto explícito entre duas visões distintas de organização do mundo: de um lado a perspectiva globalista, baseada na integração econômica e na governança internacional ampliada; de outro, o retorno vigoroso do soberanismo político e de uma leitura mais pragmática das relações internacionais. Esse embate não surgiu de forma repentina. Ao longo da última década, crises sucessivas abalaram a confiança no modelo de globalização que se consolidou após o fim da Guerra Fria. A crise financeira internacional de 2008, os efeitos sociais da desindustrialização em várias economias ocidentais, a pandemia e os conflitos geopolíticos recentes contribuíram para fortalecer correntes políticas que defendem maior autonomia nacional nas decisões econômicas e estratégicas. Nesse contexto, lideranças políticas que defendem agendas mais voltadas ao interesse nacional passaram a ganhar espaço no debate global. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tornou-se um dos principais símbolos dessa corrente ao defender políticas comerciais protecionistas, controle migratório mais rígido e revisão de acordos multilaterais considerados prejudiciais à economia norte-americana. Seu discurso encontrou eco em diferentes regiões do mundo, alimentando uma onda política que passou a questionar abertamente o consenso globalista predominante em fóruns internacionais.

Na América Latina, o presidente argentino, Javier Milei, também tem sido uma das vozes mais críticas em relação a modelos internacionais de governança econômica. Em diversos pronunciamentos, Milei denunciou aquilo que chama de “burocracia global” e criticou políticas que, segundo sua visão, ampliam a intervenção estatal e reduzem a autonomia das nações. Seu discurso ganhou destaque internacional justamente por confrontar algumas das ideias mais presentes nos debates promovidos em Davos. Na Europa, a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, representa outra vertente desse movimento. Meloni tem defendido publicamente políticas de fortalecimento das fronteiras nacionais e de revisão da política migratória europeia, argumentando que a União Europeia precisa equilibrar valores humanitários com a capacidade real de absorção econômica e social de novos fluxos populacionais. Questão migratória tornou-se, de fato, um dos temas mais sensíveis do debate europeu contemporâneo. Dados da Eurostat indicam que milhões de imigrantes chegaram ao continente ao longo da última década, pressionando sistemas de assistência social, políticas habitacionais e mercados de trabalho em vários países. Enquanto defensores da integração global argumentam que a imigração pode compensar o envelhecimento demográfico europeu, críticos apontam dificuldades de integração cultural e desafios de segurança em determinadas regiões. Ao mesmo tempo, agenda ambiental e energética também esteve no centro das discussões em Davos. Propostas ligadas à transição energética, descarbonização da economia e investimentos em tecnologias verdes continuam sendo defendidas por organizações internacionais e por parte significativa da liderança política europeia.

Entretanto, opositores dessa agenda argumentam que determinadas políticas ambientais podem gerar custos econômicos elevados, especialmente em setores industriais tradicionais. Em alguns países europeus, protestos de agricultores e trabalhadores industriais têm expressado preocupações sobre o impacto de regulações ambientais mais rigorosas sobre competitividade e emprego. Essa divergência ilustra o núcleo do debate atual. De um lado, defensores da governança global sustentam que problemas como mudança climática, migração e segurança digital exigem soluções multilaterais coordenadas. De outro, líderes e movimentos soberanistas argumentam que decisões fundamentais devem permanecer sob controle direto das nações, que seriam as verdadeiras responsáveis perante seus cidadãos. A edição de 2026 do encontro em Davos tornou visível essa fratura intelectual e política. Propostas apresentadas no fórum enfatizaram cooperação internacional, investimentos sustentáveis e integração econômica ampliada. Paralelamente, discursos e posicionamentos de vários líderes políticos refletiram crescente eticismo em relação a projetos que possam reduzir a autonomia decisória dos Estados nacionais. Europa aparece como um dos principais cenários dessa tensão. O continente enfrenta simultaneamente desafios demográficos, pressão migratória, competição econômica global e necessidade de adaptação energética. Nesse ambiente complexo, diferentes correntes políticas disputam interpretações sobre qual caminho seguir. Alguns defendem aprofundar a integração e fortalecer instituições multilaterais. Outros argumentam que a recuperação da capacidade decisória nacional representa condição necessária para preservar estabilidade econômica e coesão social.

» A frase que foi pronunciada

A globalização desenfreada beneficiou alguns, mas foi uma catástrofe para a maioria.

Marine Le Pen

» História de Brasília

O comércio de Brasília está apavorado com o número de publicações que tem saído ultimamente. Quando sai uma publicidade local no Correio Braziliense, os nossos desses jornais” atiram-se contra os comerciantes, e, às vezes, ameaçam até chantagem. Denunciam, e nós publicaremos. (Publicada em 16.05.1962)